

GOVERNO LULA E A NOVA FACE DO NEOLIBERALISMO NO BRASIL

Marcelo Paula de Melo¹

“as ideologias não são de modo algum arbitrarias; são fatos históricos reais, que devem ser combatidos e revelados em sua natureza de instrumentos de domínio, não por razões de moralidade etc., mas precisamente por razões de lutas políticas: para tornar os governados intelectualmente independentes dos governantes, para destruir uma hegemonia e criar uma outra, como momento necessário da subversão da práxis” Antonio Gramsci (2000, p. 387).

RESUMO: A chegada do PT e de LULA ao governo central em 2002 representou tempos de grandes esperanças para o conjunto da população brasileira. A possibilidade de um projeto alternativo ao projeto neoliberal, trazido por um partido de esquerda com um histórico de lutas populares transmitia tal mensagem. Este texto apresenta elementos para compreensão do governo LULA e do PT como a continuidade radicalizada do projeto neoliberal, legitimando a dominação da burguesia e aumentando sobremaneira a exploração da classe trabalhadora.

PALAVRAS-CHAVE: Governo Lula, neoliberalismo, dominação burguesa.

Introdução

Em 2002 a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva e do PT para Presidência da República representou tempos de grandes expectativas na sociedade brasileira. Pela primeira vez um partido forjado nas lutas políticas dos trabalhadores, com clara identificação com setores popu-

¹ UNIABEU/ FAETEC-RJ - Doutorando Serviço social (UFRJ) e Pesquisador Coletivo de Estudos de Política Educacional (Fio CRUZ) - basqueteiromelo@terra.com.br

lares e histórico de militância política de esquerda, conseguia ascender eleitoralmente ao cargo mais alto do país. O mote da vitória de Lula e do PT naquele momento foi: “a esperança venceu o medo”.

Contudo, tanto o próprio Lula como o PT que chegaram à vitória pouco guardam relações com aquele Partido que representou nos anos 1980 e início dos 1990 um aglutinador das demandas da classe trabalhadora e movimentos populares. A paulatina transformação sofrida ao longo de sua constituição foi apontando para uma lógica de atuação que colocava o PT distante das demandas da classe que o constituiu em nome de possibilidades concretas de êxito eleitoral.

Esse processo se apresentou de maneira mais nítida com a eminência da chegada do PT ao governo central. Alianças fundamentadas apenas nas possibilidades de vitórias eleitorais, mesmo que programaticamente contraditórias e capitulações ante os problemas estruturais legados pelo projeto do governo anterior, dúbia aceitação das bases do projeto neoliberal como pontos incontestes caracterizaram esse processo.

Com isso, o Governo Lula nos últimos quatro anos tem sido um fiel e hábil implementador do projeto societário que combina o alto nível de finança mundializada (CHESNAIS, 2006, PAULANI, 2006), exorbitantes taxas de lucro para os setores exportadores da burguesia financeira, industrial e agrícola (BOITO Junior, 2006), com empobrecimento e perdas para o conjunto da classe trabalhadora, salvo os setores mais miseráveis atendidos pelos programas de renda mínima (OLIVEIRA, 2006, MARQUES & MENDES, 2006).

Diante disso, esse texto pretende iniciar um debate de longo prazo onde o objetivo central é analisar como as políticas públicas de esporte do Governo Lula incorporam elementos-chaves do projeto neoliberal, em ampla confluência com as diretrizes dos organismos internacionais do capital (ONU, UNESCO, Banco Mundial).

Para tal, serão considerados documentos oficiais do governo e do PT, bem como entrevistas e artigos de seus principais intelectuais orgânicos, onde será possível ver como a aceitação e divulgação do projeto neoliberal é elemento constante na atuação de tais organismos (Governo e Partido). Por fim, mas não menos importante um diálogo com autores críticos ao projeto neoliberal e ao papel do PT em nosso tempo.

Mais uma vez o marxismo será o referencial teórico que balizará essa aventura. A possibilidade de debater o atual governo no bojo da luta entre as classes sociais e suas frações para implementar seus projetos societários só pode ser feito se tomado o projeto histórico capitalista em sua raiz.

Surgimento do PT e a luta da esquerda no Brasil: da qualificação da política ao mercado eleitoral

O grau de consenso que a formação social capitalista tem assumido é um indício da vitória política da burguesia e suas frações sobre o conjunto da classe trabalhadora na definição da direção intelectual e moral. Isso pode ser notado na capitulação e aceitação que organismos representativos da classe trabalhadora fazem do atual projeto histórico. As críticas e atuações políticas de partidos de esquerda, alguns movimentos sociais e sindicatos de trabalhadores, salvo raríssimas exceções, têm em geral como horizonte de possibilidades um capitalismo humanizado, se é que isso é possível.

A trajetória do PT nos anos 1990 e 2000 é muito elucidativa dos dilemas enfrentados pela esquerda no Brasil e no mundo. Saudado como maior partido de esquerda da América Latina, ganhou destaque nacional e internacional quando nas primeiras eleições nacionais para presidente depois da ditadura militar quase chega a vitória em 1989. Enfrentando um candidato que não era o preferido da burguesia - Fernando Collor - Lula e o PT sofreram uma campanha que unificou no segundo turno as frações da burguesia para impedir a vitória de um projeto que, se não era inteiramente socialista, significaria a possibilidade de uma nova correlação de forças amplamente favoráveis ao conjunto da classe trabalhadora.

Mesmo com a derrota nas eleições o PT continuou angariando algumas vitórias nas eleições regionais, sobretudo em municípios e alguns estados, além de eleger uma pequena, mas combativa frente parlamentar. Mais do que isso, sua atuação política representava o que Virginia Fontes (2005) chamou de qualificação da política, visto que naquele momento, a atuação do PT como um todo, e de seus filiados se caracterizava por lógica que se contrapunha a visão corrente da política no Brasil. Denunciando os acordos de bastidores, o fisiologismo, os

casos de corrupção, promovendo CPIs, e recusando os acordos, ainda que isso significasse algumas derrotas eleitorais. Uma função pedagógica que colocava a organização e educação política do conjunto da classe trabalhadora à frente de eventuais vitórias eleitorais.

Virgínia Fontes (2005, p. 290) lembra que o surgimento, sobretudo do PT, representou novas exigências aos grupos dominantes por insurgir-se contra práticas que induziam a uma desqualificação da política. Para essa autora,

“Um dos mais importantes temas a unir o conjunto dos grupos dominantes brasileiros na arena eleitoral é a própria **desqualificação da política**. Não é um” afastamento “da política, mas uma forma específica de atuar politicamente. Trata-se de uma **política ativa, constante e permanente**, que simultaneamente instaura os elementos de representação parlamentar, reconstitui as formas de relação direta entre as formas associativas empresariais (quer sejam de novo ou velho feito) e o aparelho de Estado, isolando as decisões mais consistentes do terreno parlamentar (...).”

A consolidação do PT em tendências internas que disputavam entre si a direção do partido implicava numa tensão constante entre base e direção partidária, impedindo assim que o grupo que vencesse provisoriamente as eleições internas pudesse ter um mandato livre de pressão da base. A obrigação de que os eleitos pelo partido destinassem uma parte dos vencimentos ao fundo do partido para financiar as ações do partido significava mais do que uma contribuição financeira. Implicava também no reconhecimento de que vitória obtida não era fruto apenas de mérito individual, mas fruto de estrutura partidária que dava sustentação. O fato de não poder contar com os mecanismos que os partidos burgueses recorriam para financiar sua atuação, por razões óbvias naquele momento, mas que depois passam a ser amplamente aceitas e naturalizadas na atuação do PT, também era relevante nesse ponto.

Essa composição em tendências implicava numa diversidade programática, ideológica e de estratégia na luta política. Conviviam no interior do partido diversas visões de mundo e concepções políticas que tinham como ponto unificador a crítica à formação social capitalista, ainda que nem todas as tendências se apresentassem como socialistas. A composição ideológica do partido comportava “diferentes correntes do pensamento democrático e transformador: o cristianismo social, mar-

xismos vários, socialistas não-marxistas, democratismos radicais, doutrinas laicas de revolução comportamentais”, tendo como unificador um projeto que “favoreça o fim de toda exploração e opressão” (PT, 1990, p. 2).

A identificação do PT com os trabalhadores operários urbanos, sobretudo das multinacionais do ABC paulista era quase que imediata, ainda mais que seu maior expoente - Lula - era advindo desse movimento. Não por acaso, os vínculos estreitos do PT com a Central Única dos Trabalhadores foi algo constitutivo de ambos organismos, levando inclusive os setores burgueses a apoiarem a criação de outra central sindical, a Força Sindical.

Não apenas de operários era composto o PT. Outras frações da classe trabalhadora como funcionários públicos, bancários, trabalhadores rurais, setores progressistas da Igreja Católica, compunham as bases constitutivas do partido, lhe proporcionando um relativo poder de penetração na sociedade.

Como aponta Virginia Fontes (2005, p. 284) para além da luta pelo atendimento das demandas das diversas frações da classe trabalhadora e de outros grupos populares, há a necessidade de criação de um partido que aglutine essas questões na luta por comum um projeto societário contra hegemônico. Isso implicaria em duas tarefas básicas para esse partido que se pretende aglutinador das diversas demandas da classe trabalhadora. Primeiro a associação dos interesses capazes de manter a autonomia de classe, e ao mesmo tempo poder penetrar nos espaços estatais para assegurar a generalização de tais reivindicações. Além disso, um partido político precisaria atuar como instância formuladora de uma visão de mundo crítica e elaborar propostas capazes de apresentar um universo de questões de interesses do conjunto da classe que representa com clara diferenciação programática das classes dominantes, buscando constantemente socializar uma visão de mundo contra hegemônica. Isso não significa diretamente êxito eleitoral, que podem ou não ser vitórias políticas para o partido. Pode-se dizer que, de maneira geral, essa foi a característica do PT em seus 10 primeiros anos de existência.

Foi no bojo do PT que se localizou grande parte da resistência à implantação do projeto neoliberal pelos governos Collor e Itamar, principalmente nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (FHC). A atuação pedagógica do partido contribui para fazer chegar ao conjunto

da população uma visão crítica ao consenso que as bases do projeto neoliberal dispunham nas diversas frações da burguesia.

Ainda que de forma muito própria, o PT declara-se um partido socialista, com perspectivas de atuação na busca pela superação do capitalismo. Isso fica claro no documento O SOCIALISMO PETISTA, como parte de uma resolução aprovada pelo 7º Encontro Nacional em 1990 (PT, 1990). Trazendo densas críticas à perspectiva social-democrata, mas fazendo questão de apresentar suas divergências com as experiências do chamado socialismo real, este documento apresenta algumas proposições para defender as especificidades da visão petista acerca do processo de enfrentamento do capitalismo e uma construção de uma vontade política coletiva que possa tornar a correlação de forças favorável ao projeto socialista e democrático.

Essa afirmação do PT enquanto um partido socialista, ainda que sem filiação doutrinária, se dá num contexto de grandes dificuldades para a esquerda socialista no mundo. A queda do Muro de Berlim em 1989 e o eminente fim da URSS - concretizado no início da década de 1990 - trazia uma grande incerteza para as tendências socialistas no mundo, ao lado uma intensa euforia dos setores da burguesia em cada formação social específica.

Ainda que tenha sofrido três derrotas nas eleições presidenciais nos anos 1990, era nítido o crescimento que o PT apresentava. Isso ficava claro pelo número de parlamentares eleitos a cada pleito, bem como nas administrações municipais e algumas estaduais.

Contudo, conjugando a ampla crise que incide sobre a base de apoio do partido, com uma conjuntura internacional amplamente desfavorável à classe trabalhadora, juntamente com a possibilidade concreta de uma vitória eleitoral, indicada nas eleições gerais de 1989 começam a produzir uma série de mudanças tanto na constituição como lógica de atuação do PT.

É nesse contexto que a possibilidade do PT chegar ao governo central começa a se mostrar viável. O preço a ser pago para isso, na avaliação do grupo dirigente do partido, seria romper com uma série de práticas políticas que até marcaram a história do partido, tornando o mesmo e seu candidato mais palatável, tanto aos setores empresariais, como nos grotões do país, onde os candidatos apoiados pelas oligarqui-

as locais e nacionais² sempre obtinham êxito.

A dominação interna do partido pelas tendências mais à direita começa a refletir no cotidiano interno. A anteriormente combatida burocratização do partido, conjugado com um processo de separação da base/direção começa se fazer presente. A tendência “Articulação” representado pelo grupo de Lula e José Dirceu, entre outros, começa a se tornar majoritária no cotidiano do partido.

Não obstante, é emblemático desse movimento à aproximação que setores do PT começam a empreender com setores do empresariado, dito progressista. A partir de um embate na fração nacional da burguesia acerca dos rumos tomados pelo país, com ampla internacionalização da economia brasileira, setores da burguesia industrial começam a fortalecer canais de diálogo com o PT. No início tal movimento foi tímido, por constrangimentos de ambas as partes. Como mostra André Martins (2005), mesmo tendo sido pensado a criação de um núcleo empresarial dentro do PT - com similitude de outros núcleos no partido, como mulheres, negros, juventude, entre outros - tal movimento se deu de forma não institucional, visando angariar apoios de empresários não interessados na filiação ao PT. Tanto o grupo empresarial reunido em torno do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE) e Associação Brasileira de Empresários para a Cidadania (CIVES). Tal movimento permitiu também uma aproximação maior também setores da CUT (MARTINS, 2005).

Como define com clareza Virginia Fontes (2005) seria preciso aprender e seguir o comportamento pragmático do adversário, diminuindo ou mesmo cancelando qualquer diferença entre visões de mundo, visto que o terreno da luta passaria a ser apenas o espaço eleitoral. Tal movimento implicaria tanto num novo programa para o partido, como também num novo arco de alianças, contemplando assim partidos com projetos programáticos antagônicos ao representados pelo PT.

Antes de trazer o debate sobre a campanha de 2002 que levou Lula e o PT à Presidência é importante apresentar como é possível

² Ainda que não seja comum o conceito “oligarquia nacional” penso não ser possível considerar políticos como José Sarney (PMDB), Jader Barbalho (PMDB), Inocêncio de Oliveira (PR, ex- PL), Antonio Carlos Magalhães (DEM/PFL), Jorge Bornhausen (DEM/PFL) oligarcas locais, visto sua posição de destaque tanto no âmbito de seus partidos como na conjuntura política nacional. Isso não lhes tira a característica de membros clássicos das oligarquias.

encontrar indícios dessa transformação do partido já na produção de dois importantes intelectuais e dirigentes petistas. É comum a afirmação de que o PT teria mudado com a chegada ao poder central. É possível notar que tais modificações programáticas e de concepções de mundo já se manifestavam anteriormente. Trazendo para o debate as formulações de Marco Aurélio Garcia e Tarso Genro é possível compreender alguns desdobramentos atuais do PT.

Já em 1990, Garcia³, em texto publicado na revista do partido, Teoria e Debate, apresenta argumentos que nos indicam a relação do PT tanto com os setores comunista quanto com as tendências social democratas.

Garcia afirma que tendências comunistas do partido, com “sua voz ruidosa (...) produzindo uma cacofonia comprometedora” (1990, p. 10), muitas vezes acabam reforçando a “comprometedora” imagem do partido como comunista. Para refutar essa posição recorre à conhecida resposta de Lula acerca de filiação ideológica. Questionado se era comunista ou social democrata o atual Presidente da República afirmou ser “torneiro mecânico”. Para Garcia, essa resposta de Lula afirmava a especificidade do socialismo petista, uma vez que “... reiterava a distância em relação a alternativas que representavam um passado com o qual o PT não queria comprometer-se” Ao mesmo tempo, indicaria que a condição operária do hoje presidente seria mais relevante do que sua definição ideológica-doutrinária.

Continuando esse debate, Garcia (p.11) afirmava ser necessário sublinhar outra característica central desse socialismo petista, uma vez que o mesmo se “apresenta em crise tanto como projeto como realidade”. Por isso, a característica do PT estaria nas suas visões de uma política “democrática e popular” visando uma “acumulação de forças”, tendo a democracia política um fim em si mesmo.

Com essas proposições Garcia já começa a delinear teoricamente as possibilidades de entendimento de quais forças poderiam a vir compor o chamado campo democrático e popular. Não por acaso, o

³ Professor da UNICAMP, Garcia foi durante grande parte do primeiro mandato de Lula Assessor da Presidência da República, atuando diretamente com o Presidente. Quando, no auge da campanha em 2006, estourou a chamada crise do Dossiê envolvendo militantes e dirigentes do PT em São Paulo, com o afastamento temporário do Presidente do Partido, Ricardo Berzoini, Garcia assume interinamente a presidência do partido até janeiro de 2007 quando Berzoini volta ao cargo.

desligamento do que o autor chama de visões presas ao passado - como chama as tendências marxistas, por ele apressadamente associada às experiências do leste europeu - permitiu explodir a visão pragmática de atuação do partido, incluindo as alianças com setores que, em tese, seriam adversários do PT.

Tarso Genro, ocupante de importantes cargos no primeiro mandato de LULA e no PT, tendo sido seu presidente depois da saída de José Genuíno no auge da crise do “mensalão”, também apresenta relevantes considerações acerca da política, socialismo e o PT. Num texto de 2000, Genro apresenta críticas ao projeto neoliberal com proposições que partidos e movimentos de esquerda poderiam considerar. Contudo, as proposições de Genro para uma suposta saída do projeto neoliberal já contem em si os aspectos consentidos ao próprio projeto. A alegada defesa da “refundação do contrato social no Brasil”, e a conseqüente reforma do Estado Brasileiro, de onde “vem a idéia utópica de inclusão em massa” (26) já implicam no não questionamento do neoliberalismo como etapa do capitalismo. Parece que o enfrentamento político a esse projeto deve ser feito a partir do chamado novo contrato social, já que, em último caso, trata-se de um problema de gestão e não de um projeto histórico. Ou seja, seria possível, mantendo as mesmas bases e pressupostos, obter uma melhoria das condições de vida.

Não por acaso aponta que “a mera ‘inclusão social já é a grande conquista do trabalhador descartável contra a insegurança e a precariedade, que abalou tudo que era estável e consolidado” (p.43). Continuando, Genro usa duas expressões que podem nos dar a dimensão desse movimento. Quando conjugamos esse clamor pela consideração da “mera inclusão social como conquista da classe trabalhadora” com a alegada necessidade de “rebaixamento das expectativas” e a “moratória da utopia” torna-se evidente quais seriam as reais conseqüências desses conceitos pouco inocentes. A defesa de uma esquerda amplamente conformada nos marcos do capitalismo, não ousando sequer cogitar sua superação, visto que até a utopia está em moratória.

Alegando a necessidade de revisão da esquerda, Genro clama pela recomposição da teoria política da moral socialista. Nesse caminho traz algumas considerações de como deveria ser o partido socialista pós-bolchevique. Dentre as proposições, algumas são emblemáticas. Quando afirma que o partido deve mudar a “correlação de forças entre as classes sociais, fortalecendo a democracia com políticas públicas que combatam frontalmente a desigualdade” (p.112) poderia

estar indicando que essa mudança na correlação de forças seria a possibilidade de construção da hegemonia das classes trabalhadoras. Contudo, logo Genro afirma que é preciso que partido “dialogue para integrar, no seu projeto, todos os setores sociais independentemente da sua condição de classe, que estejam dispostos a algum acordo ou a trabalhar pela produção” (112)

De forma alguma à Genro e Garcia pode ser atribuído o papel de teóricos da mudança de concepção política do PT. Mais do que isso, suas proposições apresentam o mérito de serem sistematizadores dos processos que o partido vivenciava. Isso teve impacto central na eleição de 2002.

Nas eleições de 2002 isso foi representado por uma série de mudanças nas estratégias eleitorais utilizadas pelo PT pela primeira vez. Como vice-presidente foi escolhido o senador Jose Alencar, (PL-MG) importante industrial do setor têxtil e vice-presidente da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), abrindo portas para uma aceitação da burguesia industrial brasileira, setor majoritariamente hostil a Lula e ao PT. Mesmo que o partido do então candidato a vice fosse um partido com poucos parlamentares e naquele momento com poucas vitórias em executivos estaduais e municipais, a sua atuação como importante empresário já o habilitava a compor a chapa com Lula. Não por acaso diversas vezes, ao se referir sobre sua dobradinha com Alencar, Lula afirme ser isto a prova viva da possibilidade de união entre capital e trabalho.

Além dessa composição, o PT empreendeu duas mudanças muitas significativas na condução da campanha. Pela primeira vez o partido contratou um “marqueteiro” com conhecidos méritos para conduzir a campanha e “vender” um candidato. O escolhido foi o conhecido publicitário Duda Mendonça. Os serviços oferecidos pelo publicitário seria a transformação de Lula numa figura mais apresentável aos olhos dos brasileiros. Para o capital, um novo Lula também era preparado⁴.

Como aponta Chico de Oliveira (2006) era preciso “despetizar”

⁴ Apesar disso, é demais ingênuo atribuir qualquer mudança programática do PT à Duda Mendonça. Como é possível observar no filme “Entreatos”, documentário de João Moreira Salles sobre a campanha de 2002 que levou Lula e o PT pela primeira vez a Presidência da República, o publicitário é nada mais do que um competente e bem pago funcionário que cumpre uma função que ninguém antiga equipe saberia fazer. Como a explosão do chamado “Mensalão” foi possível saber quais os mecanismos de financiamento permitiram ao PT contratar tais serviços.

Lula, ou seja, eliminar qualquer evidência que o vinculasse ao histórico candidato de um partido de esquerda socialista. Como ficou conhecido naquele momento, o “Lulinha, paz e amor” foi interessante por tratar de espetacularizar o candidato que se apresentava como representante dos trabalhadores, ainda que vestido em ternos muitíssimos bem cortados por estilistas famosos, inacessíveis a sua base de apoio.

Mesmo esse procedimento não impediu seus adversários de apontarem a suposta farsa que seria essa nova dimensão. Acusações de que a face moderada seria apenas uma tentativa de obter o poder para que pudesse implantar o clássico programa socialista que outrora o PT abraçava. O ápice desse momento foi a aparição da atriz da rede Globo Regina Duarte na campanha do candidato tucano José Serra dizendo ter medo do Governo Lula por sua tradição de esquerda socialista. A referida atriz não tinha o que temer.

Outra mudança deveras significativa foi a utilização sistemática de desempregados como cabos eleitorais, seja portando bandeiras dos candidatos nos grandes centros, seja distribuindo “santinhos”. Até então na história do PT quem fazia essa tarefa eram majoritariamente os militantes do partido. A utilização dessa ampla massa de pessoas sempre foi característica dos partidos de direita que se alimentavam da pobreza, do quadro de desemprego estrutural para obter a preços “módi- cos” um grande contingente para trabalharem nas campanhas.

Um dos momentos mais emblemáticos desse movimento foi a apresentação por LULA da chamada Carta ao Povo Brasileiro. Este documento foi apresentado à nação em junho de 2002, no momento em que circulavam na grande mídia notícias de que a possibilidade de vitória do candidato do PT estaria deixando os “mercados nervosos” ou instáveis. Isso é um eufemismo para pressão dos setores que se locupletam com a finança mundializada. Esse nervosismo do “mercado” se manifestaria com alta do dólar e do risco país, bem como a queda da bolsa de Valores.

É nesse contexto que o então candidato Lula lança a carta. Desde sua apresentação fica claro que seu objetivo foi a tranquilizar a burguesia financeira nacional e, sobretudo internacional de que as bases do projeto de financeirização da economia⁵ estariam garantidos com

⁵ Para um debate crítico acerca do processo de financeirização da economia e relação com o projeto neoliberal ver CHESNAIS (2006) e Paulani (2006).

uma eventual vitória do candidato do PT. Isso é explicitado na garantia de que eventuais mudanças no país se darão de forma “cuidadasas”, sem espaços para aventuras, uma vez que será “preciso compreender que a margem de manobra da política econômica no curto prazo é pequena” (LULA, 2002, p. 2). Além disso, certamente serão procedidas as “... reformas estruturais que de fato democratizem e modernizem o país”, como “reforma previdenciária, a reforma trabalhista” (p. 1).

Como é deixado claro na Carta-onda inclusive se percebe a forte confluência com as premissas trabalhadas por Genro (2004), o processo de mudança que o país vier a enfrentar com eleição de Lula seria “fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social (...)” (p.2). Nesse sentido, afirmação de que “parcelas significativas do empresariado vêm somar-se ao nosso projeto” dá a indicação de que esses setores terão suas demandas consideradas e atendidas pelo futuro governo.

O ponto mais aguardado pela burguesia financeira era sem dúvida a garantia de haveria “o respeito aos contratos e obrigações do país” (p. 2), tendo isso como premissa, assim como da preservação “superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar seus compromissos” (p. 3). Não por acaso, foi escolhido para ocupar a Presidência do Banco Central um ex-funcionário do Banco de Boston, Henrique Meireles.

Chico de Oliveira (2006) traz dois elementos importantes a serem debatidos dessa escolha. Primeiro Meireles havia sido deputado eleito pelo PSDB de Goiás e renunciou o mandato antes de assumir, o que pode indicar que sua manutenção no cargo pelos 4 anos do primeiro mandato estivessem garantidos⁶. Segundo, o fato do mesmo ter sido o sétimo ou oitavo executivo do mercado financeiro a ser convidado para o cargo.

A partir daí, os setores financeiros puderam dormir tranquilamente sem medo algum do governo Lula e do PT, que finalmente chegaram ao Palácio de Planalto com a expressiva votação no segundo turno de 52 milhões de votos.

⁶ Não por acaso Meireles segue firmemente a frente do Banco Central no segundo mandato de Lula.

Governo Lula: cai a máscara de Mephisto

Tendo como mote principal a máxima de que a eleição de Lula representou a vitória da esperança ante o medo o governo começa em 2003 com uma série de movimentos e opções que assustaram os setores mais a esquerda tanto, do próprio partido como da sociedade. Ainda que a agenda de reformas apresentada pelo executivo estava em consonância com a “Carta ao Povo brasileiro” (LULA, 2002), as concessões feitas pelo governo Lula e pelo PT começam a delinear o que representava o “novo contrato social”.

A partir de uma suposta necessidade de manutenção e ampliação dos elementos da política econômica do governo anterior, os membros do governo defendiam serem medidas necessárias para evitar a bancarrota financeira do país. As três primeiras medidas na política econômica deram a dimensão de qual seria a face do governo. Ao lado da surpreendente elevação da taxa básica de juros – SELIC- que chegou a atingir 26,5% ao ano, o aumento voluntário do superávit primário de 3,75 % para 4,25% do PIB deu mostras suficientes de que o processo de finança mundializada estaria garantido no governo Lula, contando com amplo apoio do governo (PAULANI, 2004, 2006).

No que se refere especificamente ao superávit primário é preciso ter claro que isso é apenas uma parte dos gastos com juros por parte dos governos. O superávit primário é composto pelo total economizado (não gasto) pelos governos central, estaduais e municipais, além das empresas estatais. Além disso há o pagamento propriamente dito dos juros⁷.

Os argumentos utilizados para defender tais medidas eram a subida do dólar americano e do risco país durante e após as eleições de 2002 e a cotação dos títulos brasileiros (C- BOND). Mas, como aponta a economista Leda Paulani (2004), tal questão era devido a ação especulativa e não por uma suposta fragilidade financeira do país naquele momento.

Todas essas medidas foram apresentadas como necessidades para viabilizar um crescimento econômico sustentável com a garan-

⁷ O total gasto com juros no governo Lula foi em bilhões: R\$ 145,205 (2003), R\$ 128,256 (2004), R\$ 157,145. (DUARTE, 2006).

tia da credibilidade do país para atrair novos “investimentos”. Contudo, como aponta Paulani (2004, p. 15)

“este tipo de credibilidade só se mantém se permanecerem inalteráveis na política econômica o ajuste fiscal implacável, o juro real elevado, a política monetária contracionista etc. Depois que se entra nesse jogo, qualquer movimentação no sentido contrário leva de roldão a “conquista” tão duramente obtida e, junto com ela, as supostas condições de estabilidade necessárias para o crescimento”.

Um dos argumentos sempre utilizados para defender tais medidas seria de sua necessidade em face de vulnerabilidade financeira do país. Enquanto setores da esquerda do PT defendiam tais medidas na crença de serem temporárias e inevitáveis, o grupo majoritário fazia do ajuste fiscal profissão de fé. Para evitar qualquer dúvida de como o Governo Lula ampliou esse processo de finança mundializada o superávit primário aumentado em 2002, foi mantido e ampliado nos anos subsequentes, conforme podemos observar nessa tabela com bases em dados extraídos de Duarte (2006).

SUPERÁVIT PRIMÁRIO

| ano | % do PIB | R\$ (em bilhões) |
|------|----------|------------------|
| 2003 | 4,25 | 70 |
| 2004 | 4,59 | 81,1 |
| 2005 | 4,84 | 93,5 |
| 2006 | 4,41 | 91,5 |

O aprofundamento do processo de finança mundializada não tem sido uma barreira para ampliação das taxas de lucros e contemplação de demanda de outras frações da burguesia. A grita pública e geral empreendida por setores da burguesia industrial- tendo o vice-presidente José Alencar a frente- contra a manutenção da taxa de juros SELIC em níveis altos poderia levar a errada interpretação de uma crise ou fratura entre as frações burguesas.

Boito Junior (2006) apresenta uma discussão da constituição

da burguesia enquanto classe dominante e como os conflitos internos entre suas frações não significam de forma alguma qualquer possibilidade de cisão estrutural. Primeiramente o autor, a partir do marxista greco-francês Nicos Poulantzas, começa discorrer sobre o conceito de fração de classe para explicar a disputa interna no bloco burguês. Tal conceito permite um entendimento amplo da organização da classe dominante, bem como a compreensão das especificidades dos mecanismos de dominação.

A constituição das frações burguesas se dá de acordo com alguns aspectos. A posição particular que ocupa no processo de produção num momento histórico e num país determinado, bem como o setor de atuação (financeiro, industrial, agrícola, serviços etc). O setor de atuação do capitalista (financeiro, industrial, agrícola, serviços) trará demandas específicas que podem até se chocar com outros setores burgueses. O poderio econômico de alguns setores da burguesia também podem ser fontes de disputas, bem como as relações das empresas com a economia internacional (origem do capital, destino da produção para o mercado interno ou para exportação” (BOITO JUNIOR, 2006).

A burguesia enquanto classe dominante apresenta alguns interesses gerais que a unificam independente da fração que representa. Esses interesses gerais podem ser definidos como a manutenção da propriedade privada dos meios de produção, a consideração da força de trabalho como mercadoria a ser adquirida, a redução de impostos repassados ao Estado e o desmonte dos direitos trabalhistas e sociais conquistados pelos trabalhadores e sua subsequente mercantilização. Esses são temas que unificam o conjunto da burguesia (BOITO JUNIOR, 2006).

A união em torno dessas demandas se dá não apenas por sua relação direta com o aumento das taxas de lucro, mediante a superexploração do trabalho. Também influencia nesse processo a dimensão de consolidação política do domínio burguês sobre o trabalho. A mercantilização da vida implica na naturalização da lógica capitalista nas mais variadas esferas do ser social, tornando mais ásperas as possibilidades de promoção de relações sociais que não sejam baseadas sobre égide do capital.

Essa discussão do conceito de fração de classe aplicado a burguesia será importante para compreender como no Governo Lula diversos setores da burguesia têm podido aumentar suas taxas de lucro,

sobretudo pela aplicação de políticas que o governo anterior não pode fazer justamente pela pressão organizada capitaneada pelo PT e outros partidos de esquerda que hoje compõem majoritariamente a base de apoio do governo, salvo PSOL e PSTU.

Como já exposto, a burguesia financeira nacional e internacional não tem do que reclamar do atual governo. Como mostra Paulani (2006) diversas políticas do governo Lula permitiram a esse setor ter seguidos lucros recordes. A reforma da Previdência, a liberação de cobrança de CPMF para operações financeiras na bolsa de valores, a quebra do monopólio de Re-seguros, o incentivo de programas de crédito consignado, sobretudo a aposentados, além das políticas fiscais têm permitido a contemplação das demandas financeiras.

Não obstante, como aponta Boito Junior (2006) tanto o setor agrícola como o setor industrial voltados ao mercado externo têm motivos de sobra para estarem satisfeitos com o Governo Lula. Além das constantes isenções fiscais obtidas por esses setores, a configuração do país de exportar produtos de baixo valor agregado (*commodities*) - agrícolas, minerais e industrializados - significa uma ampliação dos ganhos dessa fração burguesa.

O sucesso das exportações depende dos preços dos produtos que as empresas podem oferecer. Com isso, a superexploração do trabalho contribui para baixar os custos dos produtos aumentando a competitividade. Por isso, que a (contra) reforma trabalhista está na pauta do governo.

Diante desses dados, é possível compreender o porquê da frustração de Lula pelo fato de alguns setores da burguesia não estarem apoiando sua então candidatura à reeleição. Por isso, Lula lamentou que “a única frustração que tenho é que os ricos não estejam votando em mim. Porque eles ganharam dinheiro como ninguém no meu governo”⁸.

Em contraponto a continuidade aprofundada da política econômica de cunho financista é comum setores da esquerda e o próprio governo Lula afirmarem que a política social seria o grande diferencial

⁸ Todas as frases atribuídas ao Presidente Lula que não estão citadas foram retiradas da reportagem do JORNAL O GLOBO, “O que eles disseram em 2006”, publicada em 31 - de dezembro de 2006 na página 12.

deste governo. Mais especificamente tais argumentos referem-se tanto aos programas de renda mínima, sobretudo o BOLSA FAMÍLIA, como os programas de acesso à universidade (privada) via bolsas de estudos do governo federal - PROUNI.

Logo após as eleições em 2002, Lula afirma que a preocupação central de seu governo seria o combate a fome. Para isso, cria o programa FOME ZERO, que tentou se tornar um símbolo do governo. Após problemas de várias naturezas e com poucos resultados esse programa passa a perder espaço para o chamado BOLSA FAMÍLIA, uma unificação de outros programas sociais existentes até então como Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio gás.

Como afirmam Rosa Mendes e Áquila Marques (2006) os programas de transferência de renda começam a lançar novas bases de apoio político direcionados aos setores mais empobrecidos e menos organizados politicamente da população. Em dezembro de 2004 este programa estava implantado em 99,5 % dos municípios, com uma população atingida de 6.571.182 famílias.

Como apontam os pesquisadores supracitados, 70% dos beneficiários estão no nordeste. Em alguns casos, a receita oriunda do Bolsa Família é responsável por parte importante da economia de alguns municípios. Isso produziu efeitos inusitados na última eleição presidencial. Foi comum ver prefeitos do PFL/DEM e PSDB apoiando Lula em detrimento do candidato de seus partidos.

O Bolsa família é destinado às famílias em situação de extrema pobreza com renda mensal *per capita* de até R\$ 50,00. Outra possibilidade de recebimento do auxílio são as famílias com crianças e jovens até 16 anos com renda *per capita* de até R\$ 100,00. A primeira situação, independente do número de membros na família de sua composição gera um benefício de até R\$ 50,00. O segundo caso, possibilita receber um benefício de R\$15,00 por criança matriculada na escola, chegando ao máximo de R\$ 45,00 (3 crianças matriculadas). As famílias em extrema pobreza podem receber as duas modalidades de benefício, totalizando R\$ 95,00 (MENDES, E MARQUES, 2006).

O orçamento para o programa Bolsa Família para 2006 ficou em torno de R\$ 7,5 bilhões. Isso representa aproximadamente 0,4% do PIB, em que pesem incorreções matemáticas do autor do texto. Comparando com o superávit de 2006, que ficou em 4,41% do PIB, que representa R\$ 91,5 bilhões, pode-se perceber como a aplicação dos

programas de renda mínima, apresentados como a redenção social dos setores mais empobrecidos da sociedade, em momento algum é incompatível com o aprofundamento do processo de finança mundializada.

Por isso, o Presidente Lula resumiu bem a questão ao afirmar que “os pobres, na verdade, não dão trabalho”. Com uma parcela mínima do PIB, os programas de renda mínima atingem aproximadamente 30 milhões de brasileiros que estavam na mais estreita miséria e indigência. Sem mexer na estrutura econômica do país, permitindo que o mesmo processo de drenagem de recursos para manter inalteradas as bases de sustentação da financeirização.

Se inegavelmente os setores mais empobrecidos estão em situação menos drástica devido aos programas de transferência de renda, também é possível defender que isso não foi barreira para aumento da concentração de renda e do índice de desemprego.

Ao mesmo tempo em que o Governo Lula e o PT perderam apoio de setores históricos como os servidores públicos e outros trabalhadores assalariados, foi possível avançar sobre as massas mais empobrecidas, que passaram a ser base incontestada de sustentação.

Essa funcionalização da pobreza, como lembrou Chico de Oliveira (2006), é a contraposição da decomposição da classe trabalhadora, uma vez que promove mecanismos de inclusões forçadas sem caracterizar ganho no plano dos direitos. Contrariamente reforça a lógica da concessão.

O que em tese seria a realização do ideal da esquerda no mundo- contar com o apoio dos setores mais empobrecidos e violentados pelas relações sociais capitalistas- torna-se no governo do PT uma piada de mau gosto. Pode-se dizer que a adesão de grandes setores da população ao Governo Lula e a ao PT- haja vista a derrota acachapante do PFL/DEM no nordeste em 2006, onde não elegeu nenhum governador- se configura não como elevação das consciências críticas dos setores mais explorados. É possível inclusive afirmar que a funcionalização da pobreza atua em cima de movimentos contrários a um processo de emancipação. Alimentando-se do atraso e da pobreza, e não podendo existir sem tais aspectos, tais mecanismos são pedagógicos para os setores mais pobres da população. Qualquer possibilidade de afirmação da cidadania deve ser abandonada em troca dos programas de transferência de renda.

Para os setores que dependem disso para prover sua existência, não cabe nenhuma discussão epistemológica acerca do programa. É pegar ou largar. Não se trata também de afirmar que adesão se dê por ignorância ou desconhecimento, mas talvez por um análise prática realidade. E isso torna mais perverso o modelo combinado de finança mundializada com pobreza funcional. O capitalismo sobrevive com uma face mais humana.

Conjugado a esse processo o Governo Lula e do PT também foi responsável por algo impensado em outros tempos. O chamado escândalo do “mensalão”- um mecanismo de pagamento sistemática a deputados e partidos aliados para obtenção de apoio no Congresso - vem a tona denunciado pelo então deputado federal Roberto Jefferson (PTB-RJ).

A questão central não deve ser se Lula sabia ou não de algo - hipótese muito improvável-, mas sim quais as possibilidades de um partido que se diz de esquerda proceder um tipo de relação como esta?

Conclusão

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para o segundo mandato à Presidência da República em outubro de 2006 representou a consolidação do Partido dos Trabalhadores (PT) e de seu grupo dirigente como partícipes do aprofundamento do projeto societário neoliberal no Brasil. Além disso, também se pode apontar, em que pesem os muitos indícios incontestes no primeiro mandato, que esse segundo mandato sepulta qualquer ilusão de parte da esquerda brasileira e mundial acerca de qual projeto societário e histórico o PT e o Governo Lula tem sido representante.

Quando o ator Paulo Betti disse, ao justificar seu apoio a Lula e ao PT, “política não existe sem mãos sujas. Não dá para fazer sem botar a mão na merda” está transmitindo publicamente o que Virginia Fontes (2005) havia chamado de arte da desqualificação da política. Essa referência a frase do autor - amplamente utilizada pelas empresas da informação como retrato de uma suposta perda da “ética” pelo PT- conforma uma imagem naturalizada na sociedade brasileira acerca do sentido da política. Ao lado de seu programa classista, o PT também atuava como uma espécie de fiador do fazer político no Brasil.

Diante disso, é possível apontar o estrago objetivo nas condições de vida da população produzido pelo primeiro governo Lula e certamente ampliado agora em seu segundo mandato. Contudo, para além da dimensão objetivo, os aspectos subjetivos serão tão ou mais drásticos. A conformação da desqualificação da política posta em prática pelo maior partido de esquerda da América Latina, e quiçá do mundo, ao lado da radicalização do projeto neoliberal, atualizado sempre novas conjunturas enfrentadas pelas classes dominantes, transmitirão a mensagem de que realmente a política sempre servirá aos setores dominantes, mesmo que implementados por um partido dito de esquerda.

As formulações do marxista italiano, Antonio Gramsci, ajudam-nos a esclarecer a dimensão educativa dessa nova configuração política como umas das instâncias centrais da luta entre as classes sociais pela conquista da hegemonia, através dos sujeitos políticos coletivos tanto do capital quanto do trabalho. O autor nos chama a atenção para a dimensão educativa do Estado capitalista, lembrando a ampliação do conceito de Estado, sendo este constituído pela sociedade civil e pelo aparelho estatal, ou Estado restrito. Assim, todo Estado procura criar, difundir e manter formas específicas de sociabilidade conforme o projeto societário do bloco no poder, assumindo uma função claramente educativa. Esse projeto educativo tem por objetivo, então, “[...] adequar a ‘civilização’ e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do aparelho econômico de produção e, portanto, de elaborar também fisicamente tipos novos de humanidade” (Gramsci, 2001, p. 23).

Esse projeto de conformação das massas ao projeto do bloco no poder é sempre mediado pela unidade dialética entre estrutura e superestrutura, na formação/emergência de um novo bloco histórico. Com isso, “[...] o Estado deve ser concebido como ‘educador’ na medida em que tende precisamente a criar um novo tipo ou nível de civilização” (idem, p. 28). Por isso, certas práticas políticas são incentivadas, outras coibidas ou então seriamente desqualificadas, promovendo um processo educativo de resistência a umas e aceitação a outras, mediadas pelas resistências advindas de outras classes sociais e suas frações.

Não por acaso Gramsci (2000) lembra que toda relação de hegemonia é uma relação pedagógica, a partir do consenso ativo obtido do conjunto da população, ou pelo menos de uma maioria significativa, sendo este consenso sempre provisório, demandando estratégias per-

manentes de conquista e/ou manutenção. O marxista italiano defende ser preciso não limitar o termo pedagógico às relações escolares, mas amplia todas as relações sociais entre e intra classes sociais, uma vez que “esta relação existe em toda a sociedade no seu conjunto e em todo indivíduo com relação aos outros indivíduos, entre camadas intelectuais e não intelectuais, entre governantes e governados, entre elites e seguidores, entre dirigentes e dirigidos, entre vanguarda e corpos de exército” (2000, p. 399).

Com a ironia que lhe é peculiar Francisco de Oliveira (2003), ao analisar o processo de conversão do PT em partido da ordem, bem como as semelhanças de seu projeto ao PSDB, afirma que o novo bloco no poder, representado pelos economistas tucanos e o núcleo duro do PT, advêm da mesma escola ideológica. Mais do que apenas apontar os muitos exemplos que demonstrariam a aderência do PT ao projeto neoliberal interessa pensar no quadro de possibilidades e dilemas que os movimentos, partidos e organismos de esquerda, mesmo minoritários, têm pela frente.

A clareza do que representa o projeto neoliberal de sociedade implica no reconhecimento de sua magnitude como a nova face do capitalismo em nível mundial. Tal ponto coloca o desafio de considerá-lo não apenas como uma série de mudanças econômicas no mundo da produção da existência. Trata-se de situar o neoliberalismo como um novo projeto de sociabilidade do capital, que busca adequar o conjunto da população às suas bases principais.

Já em 1972, Francisco de Oliveira (2003, p. 30) na *Crítica da Razão Dualista*, alertava que esse isolamento das condições econômicas da dimensão política, dando àquela um caráter autônomo, mesmo em análises aparentemente críticas, significa não apenas um vício metodológico, mas também um alento às forças da conservação, por não enfrentarem criticamente as referidas contradições, como manifestações concretas do projeto histórico dominante.

Tendo como pressuposto essa luta política para educar o consenso da população ao projeto societário dominante, pode-se afirmar que nosso tempo se caracteriza pela multiplicidade de estratégias educativas no sentido de afirmação do capitalismo como única forma de viver em sociedade e produzir socialmente a existência humana. O horizonte de possibilidades emancipatórias limita-se a pensar unicamente em um capitalismo humanizado, em que pesem os múltiplos exemplos atuais da impossibilidade disso.

O fato do PT e do Governo Lula terem se afastado a muito tempo do campo da esquerda, fazendo questão inclusive de se afastar de qualquer referência a isso⁹, terá pouca importância. Sua imagem, por mais contraditória que seja, continuará sendo de um partido de esquerda. Talvez por isso, o senador catarinense Jorge Bornhausen, então presidente do Partido da Frente Liberal¹⁰ (PFL/DEM) tenha afirmado que a crise do mensalão permitiria que o “país ficasse livre dessa raça por trinta anos”.

O que revela essa frase de Bornhausen é sua afirmação de que “essa raça”, à esquerda, estaria ferida de morte por muito tempo. Nisso o senador estava certo. Depois de Lula e do PT, a composição de forças da esquerda socialista, de fato, no Brasil terá grandes dificuldades.

LULA GOVERNMENT AND THE NEW FACE OF NEOLIBERALISM IN BRAZIL

ABSTRACT: In 2002, Lula and the PT won the central government in Brazil. IT represented great hope for the Brazilian people. At the first time, the possibility of an alternative historical project against neoliberalism with an important left party, had been present. This text aims to present some elements to comprehend how the Lula and PT Government represent the continuation of neoliberalism project in Brazil.

KEYWORDS: Lula Government, neoliberalism, Bourgeois domination

Referências

BECK, Martha. Superávit para além da meta: **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, p. E 25, 2 Jan. 2007.

BOITO JUNIOR, Armando. A burguesia no Governo Lula. **Crítica Marxista**. Nº 21, Rio de Janeiro, REEVAN, 2006. pp. 52-76.

_____. A hegemonia neoliberal no Governo Lula. **Crítica Marxista**. Nº 17, Rio de Janeiro, REEVAN, 2003. pp. 10-36.

⁹ Lula vaticinou uma frase muito proferida por membros convictos da direita: “se você conhecer uma pessoa muito idosa esquerdista, é porque ela tem problemas. Quem é mais de direita vai ficando mais de centro, e quem é mais de esquerda vai ficando social-democrata”.

¹⁰ A partir de março de 2007 o Partido da Frente Liberal mudou seu nome para Democratas.

- CHESNAIS, François (org.) **Finança Mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- COUTINHO, Carlos N. **Intervenções: o marxismo na batalha das idéias**. São Paulo: Cortez, 2006.
- DUARTE, Patrícia. Aperto fiscal extra de R\$ 11,3 Bi. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, p. E 19, 31. Jan. 2006.
- FONTES, Virginia. **Reflexões Impertinentes**. Rio de Janeiro: Bom texto, 2005.
- GARCIA, Marco Aurélio. Acelerar as transformações. Entrevista com Marco Aurélio Garcia por Ricardo de Azevedo. **Revista Teoria e Debate**, nº 67, out/nov/dez, 2006. Disponível em <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=3000> Acesso em 06-01-2007.
- _____. Terceira Via: a social democracia e o PT. **Revista Teoria e Debate**, nº 12 - out/nov/dez de 1990. Disponível em <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/index.php?storytopic=283> Acesso em 16-01-2007.
- GENRO, Tarso. O PT tem de ser refundado. **Revista Teoria e Debate**, nº 63, Jul/Ago, 2005. Disponível em <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=2478> Acesso em 06-01-2007.
- _____. **Esquerda em processo**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. v. 1. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001a.
- _____. **Cadernos do Cárcere**. v. 2. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001b.
- _____. **Cadernos do Cárcere** v. 3. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001c.
- LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Carta ao Povo Brasileiro**. 2002. Disponível em <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=2324> Acesso em 05-01-2007.
- MARQUES, Rosa Maria e MENDES, Áquila. O Social no Governo Lula: a construção de um novo populismo em tempos de aplicação de uma agenda neoliberal. **Revista de Economia Política**, São Paulo, VOL, 26, nº 1 (101), pp. 58-74, Janeiro/ Março de 2006.
- MARTINS, André. Estratégias Burguesas na obtenção do consenso nos anos de neoliberalismo de terceira via. IN: NEVES, Lúcia Maria W. (org.) **A Nova Pedagogia da Hegemonia: estratégias da burguesia brasileira para educar o consenso na atualidade**. São Paulo: Xamã, 2005. pp 127-173.
- MELO, Marcelo Paula de. **Esporte e juventude pobre: a Vila Olímpica da Maré e as políticas públicas de lazer**. Campinas: Autores Associados, 2005.
- NEVES, Lucia Maria W. (org.) **A Nova Pedagogia da Hegemonia: estratégias da burguesia brasileira para educar o consenso na atualidade**. São Paulo: Xamã, 2005.
- OLIVEIRA, Francisco de. O Momento Lênin. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, nº 75, JUL/06 pp.23-47.

Melo, Marcelo P. de. *Governo Lula e a nova face do neoliberalismo no Brasil*

_____. **Crítica da razão dualista/ O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **O Socialismo Petista**. Belo Horizonte: PT, 1990. Disponível em www.pt.org.br/site/asset/osocialismopetista.pdf. acesso em 10-01-2007.

PAULANI, Leda Maria. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. IN: NEVES, Lúcia & LIMA, Júlio César. (orgs.) **Fundamentos da Educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: ED. FioCruz, 2006, pp. 67-105.

_____. Quando o medo vence a esperança (um balanço da política econômica do primeiro ano do governo Lula). **Crítica Marxista**. Nº 19, Rio de Janeiro, REEVAN, 2004. pp. 11-26.